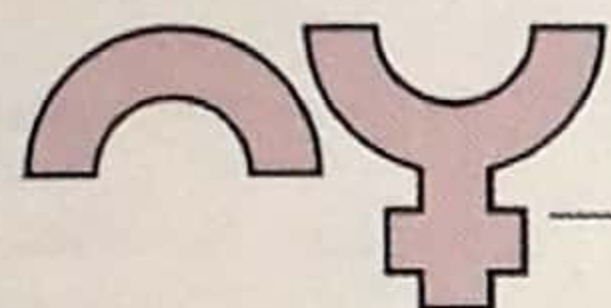




Recessão X Crescimento: qual o papel do orçamento?



O CFEMEA continua acompanhando a execução do Orçamento da União, como exercício de controle dos recursos e gastos na gestão das políticas públicas, principalmente aquelas voltadas para as mulheres. Se a análise dos gastos no primeiro semestre de 2002 denunciava um ano que ainda não tinha começado, em função do baixo nível de execução, a análise dos gastos em relação ao primeiro semestre de 2003 diz que este é um ano que não começou e enfrenta obstáculos para começar. No total, ao se analisar os gastos no primeiro semestre de 2003, pode-se constatar a cautela de um governo empenhado em honrar os compromissos externos e atingir a mega meta de superávit primário.

PÁGINAS 6 E 7

Campanha 28 de Setembro

A ação que visa descriminalizar o aborto vem se desenvolvendo nos últimos 13 anos, enfrentando momentos motivantes como o que ocorre no Uruguai - onde a lei que despenaliza o aborto tramita no Senado - e momentos preocupantes como o que ocorre em nosso país.

PÁGINA 3

Combate à violência

O Movimento de Mulheres de Pernambuco vive um momento histórico na luta pelos direitos das mulheres no Estado e, principalmente, em defesa do direito à vida. Desde o início de julho, o Fórum de Mulheres de Pernambuco vem desenvolvendo uma série de ações, pelo fim da violência contra a mulher. O objetivo é pôr um fim à situação de insegurança revelada nos assombrosos números de crimes bárbaros cometidos.

PÁGINA 8

Independência e autonomia

Para a nação brasileira e para os movimentos de mulheres, setembro é 7, da independência nacional e é 28, da luta pela despenalização do aborto. É a oportunidade para a gente recusar os parâmetros estreitos em que forçosamente tentam nos enquadrar: agressão acima e vitimização abaixo, dominação à direita e sujeição à esquerda e está pronto! Como se todas as possibilidades humanas estivessem aprisionadas neste quadrilátero.

Independência para pensar e agir, autonomia para decidir é o que se reivindica. Desde as relações mais elementares entre os seres humanos, ou nas mais complexas relações de poder, no âmbito do Estado, a independência e autonomia têm de ser a base de uma convivência verdadeiramente democrática.

É preciso rejeitar, veementemente, a máxima tão propagada de que, ao Brasil, resta curvar-se às leis do Mercado ou então sofrer as consequências violentas desta insubordinação. E, da mesma maneira, recusar a idéia de que as mulheres têm o dever de parir, de ser mães, ou serão consideradas criminosas.

Se falta autonomia e independência, prepondera a dominação de alguns e a sujeição de muitos, em geral muitas. O autoritarismo que orienta a negação do direito da mulher de decidir interromper uma gravidez, na essência, é o mesmo que assegura ao Presidente George W. Bush o poder de decidir o que é bom para todo o Mundo. Tanto a decisão de nações inteiras quanto a de uma mulher em particular são

inviabilizadas se a autonomia e a independência não são respeitadas.

Territórios ocupados ou corpos ocupados são o solo fértil onde o binômio dominação/sujeição opera seus resultados: a cultura e a prática da violência. Para transpor os limites deste quadrilátero, "...quando surge o conflito, os direitos humanos devem ser a base sobre a qual se constrói uma paz sustentável". A frase, de Sérgio Vieira de Mello, guarda grande sintonia com os princípios que os movimentos de mulheres e feministas têm sustentado.

No Iraque, o brasileiro Alto Comissário das Nações Unidas pelos Direitos Humanos foi assassinado pelo terror, que cresce a cada dia, alimentado pela violência do Império estadunidense no Oriente Médio. Aqui no Brasil, também morreram, naquele mesmo dia, algumas brasileiras que tentaram realizar um aborto. Elas, entretanto, não têm nome, são invisíveis aos olhos da opinião pública, são meros registros estatísticos.

Setembro, do 7 e também do 28. Setembro de tantos números é, no final das contas, o mês de a gente refletir para acrescentar independência, autonomia, à nação brasileira e às nossas vidas, radicalizando, aprofundando e ampliando o sentido que estes princípios devem ganhar, não somente nas dimensões nacional e internacional, mas também no nosso cotidiano e na nossa intimidade, em busca da paz e da felicidade humana.



Centro Feminista de Estudos e Assessoria

SCN, Quadra 6, Bloco A, Sala 602, Ed. Venâncio 3000, CEP: 70716-000, Brasília-DF - Brasil
Telefone: (61) 328-1664
Fax: (61) 328-2336

E-mail: imprensa@cfemea.org.br

Home page:
http://www.cfemea.org.br

Conselho Deliberativo:
Iáris Ramalho Cortês, Leila Linhares, Maria Aparecida Schumacher, Maria José Rosado e integrantes do Colegiado
Diretor: Almira Correia de C. Rodrigues, Guacira César de Oliveira e Malô Simões Lopes.

Conselho Consultivo:
Albertina Costa, Carmem Campos, Clair Castilhos, Fátima Oliveira, Heleith Saffioti, Jacira Melo, Jacqueline Pitanguy, Leilah Borges Costa, Mara Régia, Marcelo Lavenere, Margaret Anliha, Maria Amélia Teles, Maria Bethânia Melo Ávila, Nair Goulart, Salete Maccaloz, Sônia Correa e Sueli Carneiro.

Comitê de Especialistas:
Álvaro Vilaça, Comba Porto, Delaine Martins, Edna Roland, Ella Wieko, Ester Kosovski, Gilberta Soares, Hildele Pereira, Paola Cappellin e Silvia Pimentel.

Conselho Fiscal:
Cristina Araújo, Elisabeth Barreiros, Maria Zulene Farias Timbó e Tereza Montenegro.

Demais integrantes da equipe:
Adriano Fernandes Cavalcante, Ângela Alves, Catherine Braga Monteiro, Cláudia Almeida Teixeira, Eliana Magalhães Graça, Elizabeth Saar, Giane Boselli, Gilda Cabral, Glaci do Carmo Bren, Iáris Ramalho Cortês, Iêri Barros Luna, Michelle Lopes, Mirelli Malaguti, Mirla de Oliveira Maciel, Myllena Calasans de Matos, Natalia Mori e Sérgio Gomes Timóteo.

Conselho de Parlamentares do Programa DIREITOS DA MULHER NA LEI E NA VIDA:
Deputadas Jandira Feghali, Iara Bernardi, Laura Carneiro, Luci Choinacki, Yeda Crusius e Zulaide Cobra. Deputados Alceu Colares, Fernando Gabeira, João Grandão e Roberto Freire. Senadora Maria do Carmo Alves. Senadores Ademir Andrade, Lúcio Alcântara e Paulo Paim.

Jornalistas Responsáveis:
Michelle Lopes - Iêri Luna
RP 4825/DF - RP 5143/DF

Apoio:
Fundação FORD, FNUAP, UNIFEM e IWHC

Tiragem:
13.000 exemplares.

Editoração Eletrônica:
Quiz Design Gráfico

Impressão:
Athalaia Gráfica e Editora Ltda

Chega, aborto não é crime.

*Estelizabeth Bezerra de Souza

Esta frase exprime bem o sentimento feminista com relação à situação na qual as mulheres abortam no Brasil. As vésperas do dia 28 de setembro, que marca a data simbólica da Campanha Latino-Americana e Caribenha pela Descriminalização do Aborto e com o Projeto de Lei - PL 21 que suprime o artigo 128 do Código Penal - tramitando na Comissão de Seguridade Social e Família, os movimentos feministas e de mulheres são chamados ao enfrentamento.

Pela frente, o desafio de, a partir dos diversos talentos, acúmulos e experiências adquiridas nestes últimos 20 anos de atuação, reanimar o debate entre nós mesmas, identificar e estabelecer diálogo com possíveis aliados, manter o fluxo de informação com a Região da América Latina e Caribe, ocupar os espaços da mídia, ganhar a opinião pública e influir junto ao poder público.

A decisão brasileira é ter o foco dirigido para o PL-21 e para a opinião pública. A proposta que vem sendo formulada pelo Cunchã-Coletivo Feminista/ PB (ponto focal da Campanha) conjuntamente com Católicas pelo Direito de Decidir, CFEMEA, Instituto Patrícia Galvão/SP e ainda em negociação junto à IWHC (International Women's Health Coalition) prioriza a iniciativa local considerando a total autonomia dos grupos e o respeito às habilidades e possibilidades de cada lugar. Em sintonia com a ação local, serão ocupados painéis eletrônicos em algumas capitais brasileiras e confeccionados cartões postais dirigidos à população como veículo de

suporte que serão distribuídos para todo o país. A expectativa é que o 28 de setembro venha a envolver a Articulação de Mulheres Brasileiras e a Articulação de Mulheres Negras para potencializar a ação de responsabilidade da Rede Feminista de Saúde.

A ação que visa descriminalizar o aborto no Brasil e em mais 20 países da América Latina e do Caribe vem se desenvolvendo nos últimos 13 anos, enfrentando momentos motivantes como o que ocorre no Uruguai - onde a lei que despenaliza o aborto tramita no Senado - e momentos preocupantes como o que ocorre no Brasil.

No que se refere ao aborto, os movimentos feministas e de mulheres brasileiras se deparam com um grande desafio que tem como arena a opinião pública e como opositor a atuação reanimada dos seguimentos conservadores. A preocupação relativa ao recrudescimento fundamentalista ocidental, bem expresso no posicionamento do Vaticano - a exemplo das reedições de pecados e da recente condenação da união civil entre pessoas do mesmo sexo - e na demonstração de poder do imperialismo Estadunidense que repercutem nas forças conservadoras brasileiras, exige reação enérgica e reformulação de nossa prática.

Pode-se afirmar que na década de 90 priorizamos a garantia da assistência ao aborto previsto em lei fazendo multiplicar na rede pública de saúde os programas de atenção às mulheres vítimas de violência sexual. Contudo, essa luta não está ganha, esses programas (total de 24), ainda não distribuídos plenamente em toda a rede, já demandam monitoramento

e apoios permanentes tendo, na maioria das vezes, fragilidades políticas e precariedades no seu funcionamento. **É possível perceber que o posicionamento estratégico pela conquista do atendimento ao aborto previsto em lei fragilizou o foco da ação pela descriminalização do aborto tornando-o um tema periférico na agenda feminista Brasileira.** Esse breve contexto descreve parte do ambiente no qual a Campanha pela Descriminalização do Aborto precisa se desenvolver e provoca nossa criatividade ao combate.

A Campanha regional e a situação brasileira

A Campanha 28 de Setembro pela Descriminalização do Aborto na América Latina e no Caribe é uma articulação instituída em 1990, durante a realização do V Encontro Feminista Latino-Americano e Caribenho, ocorrido na Argentina, como resposta aos inúmeros casos de mortes, seqüelas e traumas que acontecem diariamente com milhares de mulheres que recorrem ao aborto clandestino na Região.

A necessidade de se articular para organizar e sistematizar a luta pelo direito de decidir é a grande força motriz da Campanha que integra 21 países e sete redes regionais. A sua gestão se dá por uma coordenação regional e pelos grupos focais responsáveis pela ação da Campanha em cada país. No momento, a coordenação Regional é da responsabilidade do grupo Flora Tristán, no Peru. O Cunchã - Coletivo Feminista/ PB responde pelo Ponto Focal Brasileiro como representante da Rede Feminista de Saúde.

*integrante do Cunchã - Coletivo Feminista/ PB

Contato: Gilberta Santos Soares (coordenadora do Ponto Focal)

Cunchã Coletivo Feminista, Rua João Machado 510 - Centro

João Pessoa/PB, Fone: (83) 241-5916, fax: (83) 222-7069, Email: cuncha.cf@uol.com.br